



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA N.º 23/2009

----- Acta da reunião ordinária realizada aos nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove. -----

----- Aos nove dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Senhores Vereadores, António José Ascensão Fraga, Marco Alexandre Lucas Veiga, José Manuel Custódia Biscaia e José Manuel Saraiva Cardoso. -----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

----- De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos: -----

1. Aprovação da acta da reunião anterior

2. Período Antes da Ordem do Dia.

3. Ordem do Dia

3.1. Apreciação da proposta nº 36/DRD/2009 referente à Portaria nº 759/2009, de 16 de Julho – Avaliação do desempenho do pessoal não docente.

3.2. Apreciação do ofício nº 441/2009, produzido pela Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, com sede em Manteigas, referente à compra de um prédio urbano, inscrito na matriz sob o número cento e nove, freguesia de Santa Maria.

3.3. Apreciação da alteração à estrutura orgânica da Câmara Municipal.

3.4. Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2010.

3.5. Conhecimento dos Actos Praticados por Delegação de Competências.

3.6. Deliberação referente à posse administrativa de um imóvel em ruínas, sito entre a Rua Dr. Sobral e a Rua Teles de Vasconcelos.

Aprovação da acta da reunião anterior. -----

----- O Senhor Presidente começou por questionar os presentes acerca da acta da reunião anterior. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que, na sequência da intervenção do Senhor Presidente feita na última sessão, respeitante à estrada de ligação da Enxertada à Senhora dos Verdes e à falta de uma segunda camada do tapete, que ainda não teria sido feita pelo empreiteiro, de facto, faltava ainda a rotunda que entretanto foi feita, assim como umas tubagens relativas a electricidade e telefones que não estavam no contrato inicial;



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

feitas as contas e considerando haver trabalhos a menos na ordem dos vinte e nove mil euros, de acordo com informações recolhidas (e que aparece na acta como dezanove mil euros), poderá conduzir a que não se atinjam os vinte e cinco por cento que implicariam um contrato extraordinário de trabalhos; não ultrapassaria, portanto, os vinte e cinco por cento dos trabalhos a mais. De considerar que também haveria multas a aplicar pelo atraso das obras. Poderia fazer-se um contrato autónomo relativamente às tubagens e à segunda camada do tapete, assim como à rotunda.-----

-----O Senhor Presidente informou que a questão dos vinte e nove mil euros para os dezanove mil euros seria uma questão a rectificar caso se confirmasse que eram, de facto, vinte e nove mil euros; a acta seria *rectificada a posteriori* e apresentada na próxima reunião devidamente corrigida; acrescentou que os trabalhos a mais, de facto, ultrapassam os vinte e cinco por cento, sendo também verdade que há trabalhos a menos na referida obra, facto que foi referido na última reunião; no entanto, dado que não pode haver encontro de contas, têm que ser facturados todos os trabalhos a mais e depois verificar quanto é que perfazem os trabalhos a menos, o que significa que há que ter algum cuidado na elaboração do contrato dos trabalhos a mais e não ultrapassar os vinte e cinco por cento. -----

Por outro lado, referiu ainda que os trinta e cinco mil euros correspondem ao enterramento de tubos que ficam já para instalação da energia eléctrica, pelo que terá que ser uma empreitada completamente à parte; apenas quer dar conta do que estava a acontecer e do que se irá passar no futuro.-----

No que diz respeito às multas, como se sabe, as multas fazem parte dos contratos, aliás estão previstas nos mesmos, mas também se sabe que não foram accionadas quando deviam ter sido, pois as multas devem ser accionadas no exacto momento em que se verifica que os trabalhos estão atrasados; no entanto, e havendo sempre a possibilidade de se recorrer às multas, o Senhor Presidente informou que se recorrerá a essa possibilidade em termos de negociação porque os empreiteiros que são credores da Câmara, também podem debitar juros à Câmara e tal como já terá sido feito no passado, este Executivo terá de o fazer no futuro para não sobrecarregar a Câmara com mais despesas. -----

Pedi ainda, antes de entrar propriamente na ordem do dia, permissão para agendar um assunto que considerava da máxima importância e urgência e que tem a ver com a posse administrativa do imóvel sito na rua Dr. Sobral com frente, também, para a Rua Teles de Vasconcelos. O imóvel que está neste momento vedado oferece perigo de ruína e é urgente que a Câmara tome posse administrativa, a qual já teria sido definida mas faltava cumprir um passo do processo que era a deliberação, em reunião de Câmara, no sentido da tomada de posse, sanando assim, um vício neste processo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Os Vereadores presentes concordaram com o referido agendamento, ficando assim como último ponto a discutir, conforme já indicado na ordem de trabalhos atrás referida. -----
Achada conforme, a acta da reunião anterior foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, tendo sido dispensada a sua leitura. -----

Período Antes da Ordem do Dia. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que na última sessão havia sido deliberada a cessação/rescisão do contrato de concessão do SkiParque, na Relva da Reboleira e preconizava-se que, no dia quatro de Dezembro, seria a tomada de posse administrativa relativamente às instalações e equipamentos; acreditando que tudo tenha corrido com muita normalidade, questionou o Senhor Presidente sobre qual foi a decisão adoptada relativamente ao intervalo que irá mediar entre a posse do equipamento e uma possível alternativa transitória de gestão daquele equipamento. -----

----- Sobre este assunto o Senhor Presidente comunicou que já tinha essa informação para prestar e que constava do seguinte: de facto, tudo aquilo que tinha sido deliberado foi cumprido, ou seja, tinha sido deliberada a posse administrativa do equipamento para o dia quatro de Dezembro e foi exactamente isso que aconteceu. Informou que o Senhor Vereador José Manuel Cardoso tinha questionado, durante uma reunião, se tinha havido algum contacto pessoal por parte dos concessionários no sentido de obviar alguma questão ou de reformular o processo, tendo-lhe sido respondido que não tinha havido efectivamente, até à antevéspera da tomada de posse, qualquer contacto; houve apenas um contacto depois dessa data, por parte do representante do Consórcio, e o que foi transmitido pelo Presidente da Câmara foi que o processo era irreversível e que não haveria qualquer tipo de recuo por parte da Câmara; tratava-se de uma deliberação e as deliberações eram para ser cumpridas e cabia-lhe, como Presidente e nessa qualidade, fazer cumprir essas deliberações. Foi, também, transmitido que estavam perante um processo administrativo, nunca um processo litigioso, uma vez que o acto era apenas administrativo e tudo o que pudesse ou viesse a acontecer a seguir, em termos de afastamento do concessionário deste processo, seria em perfeita negociação, acautelando sempre os interesses do Município. Informou ainda que os representantes do Consórcio tinham estado nessa mesma data, na Câmara, conscientes de que é esta entidade que já está na posse daquele equipamento e que são os funcionários da Câmara que já estão, também, a controlar aquele equipamento, pese embora tenha havido da parte do concessionário a disponibilidade para lá deixar pessoal até uma perfeita integração da Câmara no espaço. É o que está a acontecer e é o que vai acontecer até ao próximo fim-de-semana. Ficou igualmente decidido numa reunião com o Senhor Artur Costa Pais que, na segunda-feira, estará apenas a Câmara a controlar o equipamento, não havendo mais ninguém estranho naquele espaço,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

procedendo-se à definição do novo modelo de gestão. Foi isto o que foi conversado com o ex-concessionário. Por outro lado, informou que há processos que têm de ser sanados e que podem vir a ser consensuais ou não, e caso não haja consenso, naturalmente que poderá haver sempre recurso a entidades jurídicas para a resolução dos problemas. Sobre a forma como irá funcionar aquele espaço, o Senhor Presidente informou que neste momento está a ser elaborado um contrato, que é do conhecimento dos Senhores Vereadores, uma vez que foi iniciado no anterior mandato, e que vem no seguimento de contactos efectuados com um grupo de pessoas de Manteigas, que constituíram uma empresa, e que apresentam disponibilidade para a gestão do espaço; no entanto, será uma gestão concessionada nunca por um período superior a três meses, ou seja, para que o espaço não esteja parado, e tendo em conta que uma das pessoas tem alguma actividade naquele espaço. Irá ser feito um ajuste directo com a mesma empresa, após o que será preparado todo o processo para abertura de concurso público para a respectiva gestão; desta forma, o Skiparque não irá encerrar, a não ser nos próximos sábado e domingo para manutenção e limpeza, o que significa que está assegurado o seu funcionamento, a partir de segunda ou terça-feira com a adjudicação à mesma empresa, através do respectivo contrato que, como tinha sido referido, não será superior a três meses, dando, certamente, tempo para ser desenvolvido todo o processo de concurso.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso lembrou, ainda sobre os assuntos tratados na reunião anterior, que o Senhor Presidente tinha informado que, em relação ao processo de contencioso com um dos proprietários do terreno tinha sido possível uma solução negociada; a única dúvida que subsiste é se, estando o processo em curso no Tribunal, no caso de ser a Câmara a cessar o processo, quem assume as respectivas custas, tendo em conta que se trata de uma situação que vai trazer encargos para o Município. -----

Relativamente à SOTAVE o Senhor Presidente lembrou que iria apresentar uma proposta até ao dia trinta, e que daria posteriormente conhecimento dessa proposta. -----

Falando novamente em candidaturas, informou que deu conta, embora tarde de mais, pois terminou no dia vinte e sete, de uma candidatura do Programa LIFE, que seria uma boa oportunidade; tratava-se da quarta chamada, significando que poderá haver outras chamadas a seguir, e na qual constava uma alínea que se dedicava à demonstração e disseminação de energias renováveis; esta poderia ser uma boa candidatura, complementando aquilo que irá acontecer na Fábrica do Rio. -----

-----O Senhor Presidente, respondendo ao Senhor Vereador José Manuel Cardoso, no que concerne à primeira questão, e partindo do princípio de que o processo a que foi feita referência tinha a ver com os terrenos no arruamento da Enxertada à Senhora dos Verdes, informou que, de facto, tinha havido negociação com a proprietária do terreno e, tal como foi dito na reunião



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

anterior, os valores negociados não foram muito díspares daqueles que a Câmara tinha oferecido inicialmente, daí não se perceber a razão do litígio, sendo que a diferença era mínima e não chegou aos mil euros; quanto à questão de quem é que suporta as custas judiciais, o Senhor Presidente informou que quem retira o processo, paga as custas, dizendo ainda que tudo isso fez parte da negociação e o acordo só terá viabilidade e só chegará a bom porto se as custas judiciais forem pagas pelas duas partes: cinquenta por cento para a dona do terreno e cinquenta por cento para a Câmara, concretizando-se desta forma o referido acordo tendo sido estas as instruções dadas ao advogado da Câmara que as fará cumprir. -----

No que diz respeito à proposta da SOTAVE, o Senhor Presidente confirmou que, efectivamente, foi referido na última reunião a falta de resposta por escrito, relativamente ao tratamento dado à proposta apresentada por esta Câmara; tinha havido conhecimento do que se havia passado através do que havia sido transmitido por representantes dos trabalhadores, nomeadamente, os sindicalistas que estiveram presentes nas reuniões de Câmara, ou seja, que a proposta da Câmara não teria sido aceite; confirmou, ainda, que na verdade não havia nenhum documento onde fosse mencionado que a proposta não tinha sido aceite e por isso foi confrontada a Comissão Liquidatária com este facto, tendo acabado por chegar à Câmara uma carta/ofício dizendo que a proposta não tinha sido aceite, que não cumpria os critérios mínimos entendidos como exigíveis pela comissão de credores, nomeadamente, os liquidatários, e que dariam à Câmara mais uma possibilidade de elaborar uma nova proposta que poderá ser apresentada até ao dia quinze do corrente mês, altura em que haverá uma nova reunião da comissão de credores. Mais informou que a situação está avaliada relativamente ao valor patrimonial dos edifícios que fazem parte da parcela, valores esses que se encontram acima daquilo que a Câmara se propôs pagar para aquisição daqueles imóveis e daquilo que a Câmara poderá vir a oferecer para aquisição dos mesmos. O Senhor Presidente acrescentou ainda que a proposta a apresentar, podendo ser de valor superior, não irá muito além da proposta apresentada anteriormente, entendendo ser, desta forma, uma proposta razoável. Os valores serão transmitidos no devido tempo, antes da proposta entrar na Caixa Geral de Depósitos, preferindo omitir, no presente momento, os valores finais que, ainda não estão devidamente definidos. -----

Apreciação da proposta nº 36/DRD/2009 referente à Portaria nº 759/2009, de 16 de Julho – Avaliação do desempenho do pessoal não docente.

----- Foi apresentada uma proposta da Senhora Chefe de Divisão de Recursos e Desenvolvimento, com o nº 36/DRD/2009, que integra os documentos anexos à presente acta. --
Analisada a proposta, foi deliberado pela Câmara Municipal aprovar a mesma, por unanimidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Apreciação do ofício nº 441/2009, produzido pela Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, com sede em Manteigas, referente à compra de um prédio urbano, inscrito na matriz sob o número cento e nove, freguesia de Santa Maria.

-----O Senhor Presidente começou por esclarecer que se trata de um imóvel anexo a outro imóvel, que a Câmara já teria demolido e que oferece perigo de ruína, tendo sido inclusivamente já objecto de negociação por parte do anterior Executivo; informou ainda que a proposta da Santa Casa da Misericórdia para a venda do imóvel é de dez mil euros, valor este que já teria sido acordado anteriormente com a Câmara, pelo que, e de forma a finalizar o processo de aquisição, solicitava a respectiva aprovação. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia confirmou as declarações do Senhor Presidente sobre o ponto apresentado, tendo acrescentado que, após conversa com o ex-Vereador da Câmara, que teria tratado deste assunto, tinham sido comprados oitenta metros de terreno mais vinte metros da casa, sendo que, a uma média de cem euros, iria perfazer cerca de dez mil euros, que foi a proposta apresentada; neste sentido, se o Senhor Presidente entendesse negociar nestes termos, seria realmente o que já estava proposto. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso comunicou ainda, que houve contactos prévios, tendo sido apresentada igualmente uma proposta à Câmara, que foi deixada para ser apresentada ao novo Executivo, relativamente à mesma quelha, mais concretamente a primeira casa da quelha do lado direito e que faz parte do mesmo conjunto; na altura a disponibilidade da Câmara era para comprar aquele imóvel até seis ou sete mil euros, tendo havido posteriormente uma avaliação patrimonial das Finanças completamente descabida, tendo depois oficiado a Câmara no sentido desta comprar pelo valor da referida avaliação patrimonial. -----

-----O Senhor Presidente informou desconhecer esse facto, mas disponibilizou-se para efectuar os contactos necessários para a negociação desses valores. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso participou que ainda existe uma outra casa com problemas de identificação que fica no meio daquele conjunto, que confronta com a casa da Santa Casa da Misericórdia. -----

-----O Senhor Presidente comunicou que iria proceder a uma visita ao local para verificar a situação descrita e que, entretanto, iria proceder aos necessários contactos a fim de tentar resolver esta questão, tendo em conta que existe um projecto que poderá ser interessante para aquele espaço. -----

Assegurou, ainda, que iria avaliar a situação e que não tomariam nenhuma decisão em relação à ocupação do espaço enquanto não se verificasse a possibilidade de negociação dos outros espaços ali à volta para consubstanciar o projecto previsto para aquela zona que, tal como indicado no manual dos investimentos trata-se de um salão de convívio do Eiró. Afirmou ainda



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que infelizmente no Eirô já há pouca gente, as pessoas que ainda lá estão são idosas e dado que é extremamente difícil deslocar as pessoas do local onde residiram toda a vida, ainda que o recurso aos lares seja seguro e tenham garantias de viver a sua vida de forma digna, poderá haver, desta forma, uma solução intermédia, até porque existe uma associação que funciona naquela zona e que poderia também ser inserida nesse projecto; neste sentido, informou que seria bom que se olhasse para aquele espaço no sentido da sua recuperação, fazendo algo útil pelas pessoas que ainda ali vivem.-----

Apreciação da alteração à estrutura orgânica da Câmara Municipal.

----- O Senhor Presidente apresentou a proposta referente à adaptação da estrutura orgânica da Câmara tanto à legislação como à funcionalidade que se permite dos serviços, assim como apontou para as alterações que se tinham operado no referido documento, entretanto disponibilizadas, no que respeita à criação de novos serviços, não muitos mas que era necessário autonomizar e também a nova nomenclatura que se deu aos serviços por forma a adaptá-los à função efectiva que os diversos serviços têm no âmbito da Câmara Municipal. O Senhor Presidente questionou os presentes se haveria alguma pergunta a colocar.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia informou não ter nada a opor relativamente às alterações apresentadas, uma vez que lhe pareceu não haver alteração quantitativa dos quadros, excepto num ou outro serviço que foi criado. No entanto, e em termos formais do organograma, e salvo melhor opinião, questionou o facto de haver um Secretariado e Apoio ao Órgão Executivo, se efectivamente seriam os elementos que o Presidente ou os Vereadores teriam direito ou legitimidade por força da lei, ou se, caso contrário, se se tratava de um serviço autónomo, uma vez que estão mesmo nível das divisões; estando ao mesmo nível das divisões teria essa categoria ou equiparada ou então teria que haver uma diferente colocação no organograma, conforme o seu estatuto funcional. Portanto, o Secretariado e Apoio ao Órgão Executivo, do seu ponto de vista, não deveria estar ao mesmo nível da Administração Geral, e do Serviço de Eleições e Notariado Privativo, mais lhe parecendo um sub-serviço dentro da divisão, estando ao mesmo nível da divisão ou da Divisão de Planeamento de Obras e Urbanismo; informou que o que é divisão é uma coisa, o que é serviços teria que estar numa hierarquia abaixo deste nível.-----

----- O Senhor Presidente aproveitou para esclarecer que se tratava de um gabinete de apoio ao órgão executivo, portanto ao Presidente e aos Vereadores.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia concordou dizendo que numa primeira linha haveria o órgão executivo, o pessoal dirigente numa segunda e na outra os órgãos dependentes dos dirigentes e parecendo-lhe que o Secretariado ao Órgão Executivo não tem o nível de divisão e o Serviço de Eleições e Notariado estará ou não dentro da própria divisão,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

mas não podendo estar ao nível da divisão, portanto formalmente o organograma não estará correcto. -----

-----O Senhor Presidente confirmou com a Senhora Chefe de Divisão sobre se o serviço de Secretariado e Apoio aos Órgãos do Executivo é exactamente o gabinete de apoio à presidência e aos vereadores, tendo ainda explicado que o posicionamento é uma questão de ordem técnica em termos de elaboração do documento. -----

-----A Senhora Chefe de Divisão esclareceu que não é um serviço que dependa da divisão, mas sim nuclear à Divisão; são dois serviços nucleares.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que estava a falar ao nível da prestação, pelo que pretendia saber a que era equiparado, se a chefe de divisão, ou a chefe de departamento, uma vez que se encontra aqui ao nível dos dirigentes.-----

-----A Senhora Chefe de Divisão esclareceu novamente que é um serviço nuclear, o qual não se posiciona abaixo porque não depende da chefe e daí estar ao lado, tanto o serviço de Secretariado e Apoio ao Órgão Executivo como o serviço de Eleições e Notariado Privativo. -----

-----O Senhor Presidente entrevistou informando que terá ele próprio estabelecido a confusão, ou seja, o gabinete de apoio pessoal é o gabinete de apoio ao presidente e o Serviço de Apoio ao Órgão Executivo será o serviço de secretariado, que inclusivamente faz as actas das reuniões. -- Mais informou que os serviços aparecem todos ao mesmo nível, dependentes da mesma divisão e, a existir alguma hierarquia dentro de cada um dos serviços, não julga necessário que tenha que ser reflectida neste organograma. Neste quadro da estrutura interna não vê necessidade que esteja aqui definida a estrutura do serviço, ou seja, as dependências, estando assim os serviços ao mesmo nível.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que esse seria um critério, mas não será o critério de um bom organograma. -----

-----O Senhor Presidente afirmou que este documento foi feito com conhecimentos técnicos e suportado nas disposições legais para este efeito pelo que não entende que haja alguma irregularidade cometida; os serviços estão ao mesmo nível, dependendo da divisão que é a chefia; informou ainda que houve algumas alterações, no sentido em que houve serviços que passaram de uma divisão para a outra.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso questionou sobre qual a diferença que existe entre, por exemplo, o Serviço de Eleições e Notariado Privativo ou o Serviço de Tesouraria ou de Recursos Humanos na relação hierárquica da chefe de divisão com estes serviços. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----A Senhora Chefe de Divisão explicou que o Serviço de Eleições é efectuado por ela própria, pelo que não poderia depender de si mesma, o mesmo acontecendo com o Serviço de Notariado Privativo.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso afirmou que, nesse sentido não necessitava acrescentar o serviço, bastando acrescentar às suas funções o serviço de secretariado.-----

-----A Senhora Chefe de Divisão informou que do seu ponto de vista deveriam ficar reflectidos no organograma os serviços que existem.-----

-----O Senhor Presidente acrescentou que na descrição viriam as funções e não os serviços. --

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso considerou que se tratavam de considerações muito subjectivas, sendo evidente que quem elabora um documento destes elabora-o dentro de uma determinada lógica e numa determinada estratégia; no entanto, chamou a atenção para a inconveniência de algumas situações, porque numa casa com a dimensão da Câmara Municipal de Manteigas, que é uma casa pequena, a compartimentação dos serviços conduz à especialização funcional e a especialização funcional, muitas vezes unipessoal, é um pouco inimiga da polivalência que tem que haver entre os diversos serviços; no serviço unipessoal, quando vai alguém de férias, terá que haver uma substituição, portanto, a autonomização excessiva dos serviços provoca alguns conflitos internos nessas situações.-----

Solicitou ainda outro esclarecimento relativo ao Arquivo Municipal que tem uma função eminentemente cultural e o facto de estar associado ao Expediente e Arquivo vivo que tem um papel instrumental; o Arquivo Municipal é todo virado para a cultura, para o património, para estudos, para sensibilização cultural e o Expediente e Arquivo é instrumental; fora isso e a criação dos novos lugares que eventualmente vão criar mais despesas, declarou que talvez fosse possível, em algumas situações, aproveitar os recursos humanos que existem na casa para esses serviços.-----

Outra questão apontada pelo Senhor Vereador teve a ver com a designação “candidaturas a fundos comunitários”, entendendo que deve ser retirada a parte “fundos comunitários” uma vez que as candidaturas podem ser diversas.-----

-----Para terminar declarou que o documento é um conjunto, tem uma estratégia definida e quem a concebe saberá melhor das conveniências, alertando apenas para alguns inconvenientes que poderão vir a surgir.-----

-----O Senhor Presidente concordou com a retirada da parte “fundos comunitários” tendo em conta que as candidaturas podem ser diversas e não só a fundos comunitários.-----

Respondendo ao Senhor Vereador, informou que algumas questões colocadas podem ser obviadas pela rotatividade dos serviços e é isso que é sempre conveniente, em termos



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

administrativos, pois o administrativo que esteja no sector de obras públicas pode perfeitamente ir rodando pelo sector de obras particulares e é conveniente que assim seja numa Câmara Municipal, para que os funcionários rodem e todos eles estejam aptos a desempenhar uma tarefa qualquer, dentro do seu âmbito administrativo, técnico ou outro e que estejam aptos a desempenhar outras funções no seio da Câmara; assim, quando algum funcionário tenha que ser substituído em tempo de férias, tem que ser substituído por alguém que conhece o serviço; a rotatividade é sempre vantajosa, até para obviar outras questões para além do conhecimento que cada um dos funcionários tem que ter ao mesmo nível profissional, como para obviar situações de rotina e daí algumas questões poderem ser resolvidas dessa forma. Por outro lado, esclareceu que não há aqui nenhum quadro de pessoal novo a acompanhar esta estrutura, aquilo que se pretende e até onde se puder, é resolver os problemas com a prata da casa, porque as despesas com pessoal estão numa fasquia extremamente elevada e a Câmara Municipal de Manteigas não tem muita possibilidade de contratualizações, nem de aumentar o orçamento para o quadro de pessoal, sob pena de se cair em incorrecções previstas na lei. Colocou então a questão, se foi atingido quase esse patamar máximo em termos de orçamento com pessoal e se ainda existem algumas necessidades, o que é que se vai fazer com as pessoas que existem na Câmara: estarão mal distribuídas, estarão a fazer aquilo que não devem, estarão subaproveitadas? As contratualizações num quadro de pessoal mais abrangente levam a que se ultrapassem as despesas com pessoal quase inadmissíveis por lei, pois não podem ser ultrapassados os oitenta e cinco por cento da receita e a Câmara já ultrapassou os oitenta por cento. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso afirmou que ainda se está muito longe do patamar máximo, embora se tenha alcançado uma percentagem muito acentuada em relação às despesas correntes, ou seja, cerca de quarenta por cento. -----

-----O Senhor Presidente disse ainda que há que ter algum cuidado, não afirma que não irá ser necessário contratualizar pessoal e aumentar o respectivo quadro, para pôr em funcionamento alguns gabinetes e alguns serviços que são essenciais para o desempenho da Câmara Municipal, nomeadamente no que tem a ver com a captação e gestão de financiamento e outras áreas, área do turismo, por exemplo, mas irá tentar fazer-se com a prata da casa e também recorrendo aos estágios que foram contratados ainda no anterior mandato; serão utilizados esses estágios para colmatar algumas necessidades que existam ao nível dos novos gabinetes contemplados nesta estrutura orgânica. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso colocou ainda outra questão relacionada com o serviço de receitas municipais, se seria só serviço de receitas não havendo



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

serviço de despesas, uma vez que não vê conteúdo para esse serviço nem a necessidade de estar autonomizado.-----

----- A Senhora Chefe de Divisão esclareceu que de início tinha pensado no nome de Taxas e Licenças, mas depois reflectiu que todas as receitas, excepto as provenientes das obras deveriam ficar na Divisão de Recursos e Desenvolvimento, dado que tem a área financeira, e dado existirem, também, preços e tarifas que não se englobam nas taxas e licenças, o que lhe ocorreu foi receitas municipais.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia reiterou a questão sobre se este serviço de receitas municipais será um serviço autónomo diferente da Tesouraria, tendo a Chefe de Divisão respondido que no serviço de receitas municipais faz-se a arrecadação de receitas e na tesouraria fazem-se os pagamentos. -----

Analisada a proposta, foi colocada à votação tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal, de conformidade com a alínea a) do artigo sexto do Decreto-Lei número trezentos e cinco barra dois mil e nove, de vinte e três de Outubro. Esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2010-----

----- O Senhor Presidente começou por perguntar se alguém pretendia colocar alguma questão. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso usou da palavra para colocar uma série de dúvidas, e em primeiro lugar começou por referir que considerava ter havido uma preocupação da Câmara Municipal, no sentido de dar menos ênfase às despesas correntes, sendo extremamente difícil reduzi-las para os níveis de trinta e sete por cento que a Câmara se propõe satisfazer ou até praticamente impossível; considera boa ideia que se tente rentabilizar os serviços e evitar o dispêndio com despesa desnecessária. Verificou, também, que as despesas de capital aumentam nove vírgula dois por cento, as despesas correntes baixam pelos motivos indicados em nove vírgula seis por cento. É um cenário que não sendo realista, aproxima-se muito da utopia e será difícil de atingir. Solicitou também um pedido de esclarecimento relativo às transferências correntes que se mantêm em relação ao ano passado, enquanto as transferências de capital sobem em oito vírgula oito por cento, cerca de cento e noventa mil euros, cento e noventa mil cento e quarenta e sete euros mais precisamente, sabendo que o Orçamento de Estado só vai estar pronto em finais de Março ou meados de Abril, qual é justificação para a sustentação deste aumento. Mencionou que verificou, igualmente, que a receita da água vai subir exponencialmente, podendo ter havido um erro no Orçamento de dois mil e nove, ainda que involuntário no que respeita à receita da água, uma vez que para este ano sobe duzentos e dez mil euros. Verificou ainda que a receita de



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

saneamento é igual à de dois mil e nove, e que a receita de resíduos sólidos sobe ligeiramente porque se perspectivava, tal como o Senhor Presidente fala na introdução do documento apresentado, uma manutenção das tarifas actuais. Quanto à modernização administrativa, esta está alimentada com uma verba que considera baixa, devendo ser uma aposta muito séria e que deve ser continuada. A qualificação dos profissionais da administração local não tem verba nenhuma, mas considera que deveria ter uma verba simbólica; a candidatura que foi apresentada não foi aprovada, houve reclamação, não houve resposta à reclamação, mas está sem verba nenhuma. Entende que a dotação para o Programa Pró-Emprego, cinco mil euros por ano, é muito diminuta, apenas dando para o incentivo à criação de quatro postos de trabalho por ano e mal estará Manteigas se não for necessário reforçar esta verba. Na acção social seria de toda a conveniência, até por causa da apresentação de candidaturas a fundos comunitários, a programas de âmbito social, que fosse feita a actualização do diagnóstico social no novo plano de desenvolvimento social e plano de acção que tinha uma duração de três anos; informou que já tinham sido dadas orientações no início do presente ano para que esta actualização fosse feita. O mesmo referiu para a Carta Educativa porque, tal como está concebida, está esgotada, portanto seria preciso rever esse documento que preconizava a intervenção de obras em todas as escolas as quais já foram executadas, havendo outras situações agora novas que justificam, neste momento, que seja apresentada nova carta educativa. Relativamente ao Cartão do Idoso, e tendo em conta as garantias do Senhor Presidente em continuar os apoios que existiam, considerou a verba um bocadinho curta, vinte mil euros, assim como a verba destinada ao PERID, cento e cinquenta mil euros que, no mínimo, poderão dar para quinze candidaturas. Quanto à Biblioteca Municipal, o Senhor Vereador informou estar convencido que seria prioridade deste novo Executivo, uma vez que estão finalmente concluídos os projectos de arquitectura e de especialidades, havendo apenas quinze mil euros para dois mil e dez e os anos seguintes estão a zero. A verba destinada ao Centro de Alto Rendimento também lhe pareceu curta apesar de ser muito alta, três milhões de euros. Relativamente ao apoio ao Festival Serra da Estrela, era prática da Câmara Municipal apoiar as actividades que decorrem no Concelho ou as colectividades aqui sedeadas; não é absolutamente contra os subsídios a instituições fora do Concelho, no entanto, comparando os dez mil euros do subsídio ao Festival Serra da Estrela, com os cinco mil duzentos e cinquenta euros para as obras materiais da AFACIDASE, poderão as pessoas que apreciam estes assuntos, considerar que a Câmara está a ser de alguma forma injusta. Informou que considera que a construção do salão de convívio do Eirô também pode ser mal interpretada, apesar de nada ter contra, mas poderão as pessoas perguntar porque não se faz um centro de convívio no Outeiro, ou no Bairro do Rio onde há mais gente, ou no Alardo, ou no Fundo de Vila, ou nos Sequeiros. No que respeita aos açudes e



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

levadas, solicitou um esclarecimento sobre quais os açudes e levadas que estão a ser previstos tendo em conta que conhece uma candidatura do Clube de Caça e Pesca para três açudes que já está elaborada, foi apresentada e está à espera de despacho. Sobre o contrato de segurança do Solar da Castanha, do qual a Senhora Chefe de Divisão está a par, informou que todas as despesas decorrentes do funcionamento do Solar da Castanha são da responsabilidade do arrendatário, tendo o mesmo sido notificado nesse sentido. Questionou ainda a que se destinam os cem mil euros referentes à reabilitação de São Gabriel. No que toca à aquisição da SOTAVE referiu que não viu no Orçamento qualquer acção, nem o valor para a sua aquisição. Relativamente ao mapa de empréstimos haverá taxas que estão desactualizadas, uma vez que a Câmara havia contratado taxas a EURIBOR mais zero ponto zero oito e o que se verifica são taxas de cinco vírgula quatro por cento, e neste âmbito solicitou ainda esclarecimento sobre se dois empréstimos referentes ao Bairro do Outeiro que não têm o “i” de isenção para os limites de endividamento, se de facto assim é. Sobre uma matéria muito falada neste início de mandato, que são as dívidas apuradas pela Câmara, salientou que não houve a possibilidade de serem confrontados com as receitas; os encargos apurados são de um milhão, trezentos e quinze mil euros quase todos despesas de capital, foram apurados créditos, alguns de tesouraria, que se aproximam dos três milhões de euros, mais precisamente, dois milhões, novecentos e trinta e quatro mil euros; isto refere-se, nomeadamente aos reembolsos de candidaturas, às receitas de água, resíduos e saneamento, ao FEF, às compensações das Águas do Zêzere e Côa, às rendas das Águas do Zêzere e Côa, às rendas da EDP, à receita da empresa de águas Da Nascente, à GENERG (Mini-Hídrica), aos empréstimos a utilizar, mais rendas de habitações, reembolsos de refeições escolares, transportes escolares, etc. mais o saldo de tesouraria, no total foram apurados cerca de dois milhões, novecentos e trinta e quatro mil euros. Registou as novas acções, como por exemplo, os exames de diagnóstico complementar de saúde, a requalificação do estacionamento, ignora que tipo de requalificação se pretende para a entrada da vila, uma vez que há duas verbas associadas, uma de cem mil euros e outra de quatro mil e quinhentos euros para o jardim da entrada da vila; relativamente à requalificação dos espaços públicos, questionou sobre os espaços públicos que se pretende requalificar e solicitou esclarecimentos sobre o que se pretende fazer com os cem mil euros para a actividade museológica. Salientou, também, o facto de a Câmara não ter abandonado os grandes projectos que envolviam despesas de capital de maior vulto e que vinham detrás, designadamente o Centro de Demonstração Ambiental e Energias Renováveis, a sede da Escola de Música e espaço museológico da Banda Boa União, o Centro Lúdico-Termal, a criação do ninho de empresas, o transporte mecânico para as Penhas Douradas, sendo de opinião que este assunto deve ser objecto de uma análise muitíssimo bem cuidada, achando



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que o valor orçamentado é muito insuficiente em função dos valores, que foram fornecidos, do custo de investimento, que será três vezes superior ao custo previsto no Orçamento, a execução das infra-estruturas das Penhas Douradas e a rede dos percursos pedestres. Registou, igualmente, que as funções económicas apresentam uma pequena diminuição de quatrocentos mil euros em relação ao ano transacto. Por último e por considerar ser o assunto mais problemático deste orçamento, referiu que quando a Câmara prevê uma receita de candidatura a fundos comunitários de cinco milhões trezentos e quarenta mil euros, sabe-se eventualmente de onde é que vem um terço, ou seja vinte e cinco por cento deste valor, mas não se sabe de onde vem o restante valor porque não há candidaturas feitas, nem apresentadas, nem aprovadas para este valor; no entanto, mesmo que houvesse e se se considerasse uma comparticipação comunitária, média, de sessenta por cento, esta receita de cinco milhões, trezentos e quarenta mil euros exigiria que na despesa de capital, com candidaturas aprovadas, aparecesse uma verba de oito milhões e novecentos mil euros. O que se sabe, de facto, é que o total das verbas das despesas de capital, incluindo as despesas de capital que não têm candidaturas aprovadas, são sete milhões, novecentos e vinte e quatro mil euros, o que significa que há aqui um erro técnico considerado gravíssimo que pode inviabilizar a aprovação do orçamento. Neste sentido, chamou a atenção do Senhor Presidente, para que esta situação fosse revista e apresentado o Orçamento numa próxima apreciação, no sentido de também participarem na viabilização do Orçamento. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que leu com muito empenhamento o documento apresentado e gostou de apreciar que, efectivamente, grande parte das despesas de capital são a continuação daquilo que já tinha sido proposto em orçamentos anteriores, pois tal como foi dito, planear é fazer uma antecipação relativamente a uma realidade que não controlamos a partir do diagnóstico que temos numa determinada altura. Referiu que a nova legislação impõe duas coisas que não vê reflectidas no documento mas que serão fáceis de corrigir, que são as Grandes Opções do Plano, pois têm que constar como documento de grandes opções e outra é o Plano Plurianual que significa um plano para quatro anos de exercício. A anterior Câmara teve sempre que o fazer, correndo riscos, que são os riscos que esta Câmara terá que correr. Considera que deve ser ilustrado com pequenas verbas e projectos que não se sabendo qual o seu futuro desenvolvimento levará a que, depois, possa haver as críticas como as que houve anteriormente, no sentido de que tinha sido abastecido tudo indiscriminadamente e polvilhado um conjunto de verbas pelos diversos projectos e acções e que depois não eram respeitados e cumpridos. Nesse sentido, achou que era indispensável que o documento fosse revisto, havendo um documento de Grandes Opções e outro que seja Plano Plurianual e que não se configure como Plano de dois mil e dez, mas sim um plano para



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

quatro anos. Mencionou que as linhas estratégicas e as prioridades feitas pelo executivo são as Grandes Opções do Plano e que se devem constituir como um documento autónomo. Quanto às acções imateriais disse que não havia um cronograma dessas acções, pelo que o documento não continha o planeamento das mesmas para além do ano dois mil e dez; não identifica, também, quais as entidades financiadoras, no caso concreto, a administração central, que serão as transferências para a administração autárquica, as receitas próprias e os fundos comunitários que tenham já aprovação. Sobre os fundos comunitários adiantou que era impossível incluir verbas cujas candidaturas não estivessem homologadas e as que estavam homologadas eram as que haviam sido candidatadas para os caminhos, as da comunidade urbana das beiras, os percursos pedestres e também o Relvado do Campo de Futebol. Por outro lado, foi referido pelo Senhor Vereador, que existe um regulamento para aprovar, referente a taxas e licenças e, porventura, também preços, o que significa que caso não esteja aprovado de acordo com a legislação em vigor até Janeiro, não poderão ser cobradas taxas nesta Câmara, a partir desse mês inclusive. O Senhor Vereador informou que ainda fez pressão no sentido de que a lei pudesse ser prorrogada mais um ano, mas até ao momento não se verificou, o que significa ser impossível prever nas receitas também os montantes equiparados às taxas e licenças deste Município. Considera que o Orçamento deverá ser feito com os dados exigíveis que não são os apresentados, estando assim disponíveis para colaborar na aprovação favorável do Orçamento e do Plano de Actividades com as Grandes Opções do Plano.-----

-----O Senhor Presidente começou por responder à intervenção do Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no que respeita à deficiência apontada relativamente à apresentação dos documentos: as Grandes Opções do Plano são um Plano Plurianual de Investimentos que está perfeitamente reflectido, assim como as actividades mais relevantes e os únicos documentos que devem ser apresentados para aprovação ao Executivo são as Grandes Opções do Plano (GOP). Entendeu ser verdade que o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) pode ser feito separadamente e de facto foi analisado separadamente, mas ele foi introduzido nas GOP, como se pode verificar. No que diz respeito às verbas inscritas como receitas de capital que o Senhor Vereador afirma que não estão homologadas ou contratualizadas, o Senhor Presidente informou que aquilo que seria mais correcto era, de facto, não se fazer previsão ou não estar sujeitos sequer à previsão e pegar apenas naquilo que já foi contratualizado e “estampar” no Orçamento. Informou, ainda, que os critérios utilizados foram exactamente os critérios utilizados no ano transacto para a elaboração do mesmo documento e nessa altura também foram previstas verbas de receitas de capital de candidaturas com possibilidade de serem apresentadas e que não tinham sido nem homologadas, nem sequer aprovadas. Aliás sobre este assunto, chamou a atenção para a questão colocada na última reunião de Câmara pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso em relação a candidaturas que tinham aberto há poucos dias, nomeadamente, ao PRODER e quais as candidaturas que teriam sido feitas, tendo-lhe sido respondido que teriam que se fazer candidaturas, para se poder contar com financiamento, ou com a possibilidade dessas candidaturas serem aprovadas, caso contrário não se recorre às candidaturas e põe-se de parte qualquer possibilidade de as fazer, e não se incluem no Orçamento, não havendo sequer a possibilidade de as executar. Quanto ao regulamento de taxas e licenças, o Senhor Presidente referiu que o mesmo tinha que ter fundamentação até ao dia trinta e um de Dezembro e lembrou o Senhor Vereador que quando terminou o mandato no dia trinta de Outubro, esse processo que vinha de dois mil e oito, estava a zero e neste momento está feito, faltando apenas a discussão pública; felizmente foi feito um esforço pelos autarcas, de Manteigas e dos que fazem parte da Associação de Municípios da Cova da Beira e ainda outros autarcas, no sentido de sensibilizar o Governo para uma dilação do período até finais de Abril de dois mil e dez, pelo que, desta forma, não existe obrigação de tê-lo aprovado no dia trinta e um de Dezembro. Relativamente a irregularidades que advêm da forma de elaboração do Orçamento e Grandes Opções do Plano, o Senhor Presidente esclareceu que seria mais vantajoso se houvesse disponibilidade de tesouraria, saber quanto é que se pode pagar, mas também é verdade que há que ter engenho e arte para procurar os fundos comunitários para fazer candidaturas.-----

Respondendo às questões do Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, começou por referir que no caso das despesas correntes e despesas de capital, é intenção deste Executivo, assim como deve ser de qualquer outro, reduzir as despesas correntes, pois existem duas formas de recuperar as finanças de qualquer instituição: pela via da receita e pela via da despesa e é isso que se pretende fazer; sabendo que pela via da receita não se pode ir muito além, terá que ser pela via da despesa e é intenção deste Executivo chegar ao final de dois mil e dez com a despesa perfeitamente controlada dentro dos valores que estão neste momento orçamentados sem disparar como disparou em dois mil e nove; se se fizer as contas à despesa corrente de dois mil e nove, verifica-se uma diferença enormíssima entre a orçamentada e a executada e a pretensão é reduzir na ordem dos catorze por cento; as despesas de capital aumentam na perspectiva de se poder contar com os fundos comunitários e este é um ano crucial para arrecadar fundos comunitários, não se pode deixá-los de lado, sob pena de não os poder reflectir no Orçamento que apresentamos.-----

No que diz respeito à contrapartida de financiamento nacional, ou seja, a quota de financiamento nacional que está atribuída à Câmara e que terá sido calculada por defeito na opinião do Senhor Vereador, o Senhor Presidente admitiu que nos cinco milhões, trezentos e quarenta mil euros estarão algumas receitas de retorno que são receitas de pagamentos que



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

foram feitos e de outros que ainda estão por fazer; assim, a diferença entre cinco milhões, trezentos e quarenta mil euros relativos aos fundos comunitários e os sete milhões, novecentos e vinte e quatro mil, setecentos e onze euros que surgem como receita de capital, são dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil euros, ou seja, muito mais do que aquilo que haveria que existir em termos de capital próprio para acompanhar os fundos comunitários, pelo que não compreende os números apresentados pelo Senhor Vereador, pois não deve ter tido em conta as verbas que há a arrecadar. -----

Por outro lado, em termos de empréstimos, o Senhor Presidente esclareceu que não se pode inscrever no Orçamento, empréstimos que não estejam contratualizados; no que respeita à SOTAVE, e respondendo à questão de como é que se compra a SOTAVE se não estiver reflectido no Orçamento, o Senhor Presidente informou que não se pode reflectir no Orçamento porque há necessidade de recorrer a um empréstimo para se efectuar a referida aquisição e se ainda não está contratualizado, logo não pode estar no Orçamento. -----

Quanto à subida exponencial da receita da água, informou que não se vai proceder ao aumento das respectivas tarifas, sendo que a tendência é para as reduzir e não para as aumentar; no que respeita ao saneamento, prevê-se também um aumento, uma vez que foi igualmente calculado por defeito e agora foi efectuado um cálculo mais aproximado da realidade; relativamente às receitas com saneamento informou que será possível que baixem, na sequência das acções que se estão a levar a cabo para reduzir as quantidades de águas residuais que entram na ETAR, uma vez que, e como já era sabido, havia sistemas mistos, ou seja, de águas de regadio que entram no sistema de águas residuais e que são tratadas na ETAR como se fossem águas provenientes dos esgotos das habitações; admitiu, ainda, que o que é apresentado neste momento está de acordo com a regra que obriga à média dos últimos dois anos obter determinadas receitas e dado que é obrigatoriedade legal tem que ser cumprido. -----

No que diz respeito à Modernização Administrativa e à verba apresentada, o Senhor Presidente lembrou o Senhor Vereador que no anterior mandato houve um recurso sistemático a alterações e revisões orçamentais e tendo em conta que elas estão sempre previstas, embora não se conte fazê-las a cada “pé de passada”, é claro que se houver necessidade terá que haver ajustamentos no Orçamento, mas a Modernização Administrativa tem determinados momentos e quando se atinge um determinado nível em termos de apetrechamento dos serviços há tendência a reduzir; no entanto, espera-se continuar a modernizar, ou melhor, a satisfazer o Município cada vez mais de uma forma mais eficiente, sem onerar naturalmente os custos, porque não há interesse em continuar com uma modernização administrativa que responda mal às exigências dos Municípios. No que concerne à falta de verba na formação, informou que a mesma tem dotação numa outra área. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Relativamente à diminuta dotação do Programa Pró-Emprego, o Senhor Presidente declarou que também é sua vontade que haja mais postos de trabalho criados em Manteigas e admitiu que a respectiva rubrica possa estar um pouco aquém daquilo que são as verdadeiras pretensões do Executivo, mas há sempre a oportunidade de se proceder a alterações e revisões orçamentais sempre que essas situações imprevistas surjam, embora não se pretenda recorrer a essa possibilidade logo no primeiro mês de dois mil e dez. Quanto à Carta Educativa e ao facto de a rubrica estar sem abastecimento, o Senhor Presidente esclareceu que, em termos de acção, não tem que ser orçamentada, uma vez que será feita pelos serviços da Câmara e em qualquer altura se poderá pegar no processo. Sobre o diagnóstico social, que foi aprovado em dois mil e quatro, o Senhor Presidente declarou que esse documento está perfeitamente actual, pois apontava exactamente para aquilo que está a acontecer neste momento em Manteigas, existindo, no entanto, situações que entretanto pioraram, aponta-nos exactamente para aquilo que podia vir a acontecer, mas ninguém acautelou. Considerou, ainda, vantajosa a revisão dessa situação de forma a dar resposta às questões sociais através de qualquer diagnóstico, compilado ou não, que possa vir a aparecer no âmbito da actividade deste Executivo. No que diz respeito ao Cartão Municipal do Idoso, o Senhor Presidente afirmou que se pretende continuar a proporcionar aos idosos os momentos de lazer, os passeios, todas as actividades que têm sido proporcionadas e aumentá-las, nomeadamente, com os exames complementares de saúde, que espera conseguir logo a partir do ano dois mil e dez; quanto à verba inscrita no Cartão Municipal do Idoso ser reduzida, o Senhor Presidente acrescentou que, e sem querer ofender, poderão continuar a desenvolver acções mais vantajosas e com menos dinheiro e se o conseguirem os idosos serão bem servidos e não será tão onerado o Orçamento da Câmara, ou seja, continuar a servir os idosos com uma gestão mais cuidada por forma a beneficiá-los e, ao mesmo tempo, beneficiar a Câmara. -----

Quanto ao facto das verbas inscritas no PERID serem curtas, o Senhor Presidente chamou a atenção para as aprovações de candidaturas efectuadas nos últimos anos e que só vão ser pagas no próximo ano; acrescentou que quanto mais se alonga a acção do programa PERID menos justificação há para a recuperação do património, ou seja, quanto mais habitações degradadas se recuperam menos há para recuperar, daí que se torna lógico que haja um abrandamento na definição de verbas para estes projectos. -----

Relativamente à Biblioteca, informou que não foi inscrita nenhuma verba significativa na Biblioteca, mas já se iniciou o trabalho no processo da Biblioteca, nomeadamente com a consulta a algumas instituições e entidades públicas e políticas, no sentido de ajudarem a captar receitas através do PIDDAC; neste âmbito, foram recebidos na passada segunda-feira, nesta Câmara, os deputados do Partido Social Democrata que colocaram diversas questões e se



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

disponibilizaram para ajudar o Concelho de Manteigas a resolver alguns problemas; foi-lhes pedido, numa época em que se está a definir o PIDDAC no âmbito do Orçamento de Estado, que ajudassem a resolver este problema e que fizessem pressão na Assembleia da República e por onde entendessem, para que se conseguissem, de facto, verbas significativas e suficientes para se resolver o problema do projecto da Biblioteca.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, lembrou que existe um acordo de colaboração assinado há muitos anos.-----

-----O Senhor Presidente concordou e informou que entregou, inclusivamente aos Senhores Deputados, os documentos para que eles fossem portadores de toda a informação para poderem defender este projecto. No que diz respeito ao Centro de Alto Rendimento, o Senhor Presidente ignora se essa verba é insignificante ou se não deveria ser inscrita; como é do conhecimento geral, os pareceres foram todos ou quase todos negativos em relação à construção do Centro de Alto Rendimento e é também conhecida a posição, neste momento, da Secretaria de Estado; informou, que no entanto, não existe na Câmara nenhum documento que informe se é feito ou não, ou seja, não há nenhum documento na Câmara que negue a construção do Centro de Alto Rendimento, ou que diga que a candidatura foi reprovada e que por isso tem essa verba inscrita; esperam poder reforçá-la, porque o Senhor Presidente insistiu em dizer que não irá desistir do projecto enquanto não for informado por escrito que não é para construir, embora o Chefe de Gabinete do Secretário de Estado lhe tenha transmitido, muito antes das eleições, que o centro de estágios não seria para ser construído; informou, ainda, que tal como defende o Centro de Alto Rendimento, também defende que se deve avançar séria e rapidamente para a aprovação do Plano de Pormenor das Penhas Douradas e para a aprovação do Plano Director Municipal (PDM), ou seja, em relação a estes dois instrumentos de gestão territorial, já foram accionados os respectivos contratos, sendo que há muitas contratuais que não foram usadas. Aproveitou para realçar que, relativamente às Penhas Douradas, o Plano de Pormenor será para avançar rapidamente ou para terminar a contratualização, com os custos que tiver que haver para quem tem neste momento o trabalho de fazer o Plano de Pormenor e que ainda o não apresentou.-----

Com referência ao Festival Serra da Estrela, o Senhor Presidente esclareceu que, no dia trinta de Novembro findo, houve uma reunião da Assembleia-Geral do Pólo Turístico Serra da Estrela, nesta Câmara, e no Plano de Actividades do Pólo Turístico existe uma verba residual para o Festival Serra da Estrela, tendo sido questionada a respectiva Direcção sobre esse assunto, ao que a mesma respondeu que, de facto, se tratava de uma verba residual no sentido de vir a ser feita uma candidatura; caso essa candidatura seja feita e haja financiamento, será para ser feito no Concelho de Manteigas, ou melhor deverá ser feito no Concelho de Manteigas; quanto à



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

marca “Festival da Serra da Estrela”, a mesma não é de nenhum Concelho em especial mas sim de uma associação que fará o Festival Serra da Estrela onde entender; mais informou que na referida reunião falou nesta questão, inclusivamente na frente da Câmara Municipal da Guarda que estava presente, no sentido de tentar saber qual era a vontade da Câmara Municipal da Guarda em fazer o Festival da Serra da Estrela, uma vez que também terão vontade em realizá-lo; resta saber com quem é que a associação vai negociar, se com a Câmara de Manteigas ou se com a Câmara da Guarda, pelo que, de qualquer forma, a verba está inscrita e se houver possibilidade de ser feito no Concelho de Manteigas, com cedência da marca, como tudo faz entender que sim, será melhor ainda. Por outro lado, informou que a verba inscrita para a AFACIDASE não tem nada a ver com subsídio, pois o que está inscrito para a AFACIDASE é uma verba para pagamento de equipamento que já vem do anterior mandato e que se entendeu, por bem, incluir em verba individualizada no Orçamento, e o subsídio virá depois na relação dos subsídios. No que se refere ao Salão de Convívio do Eirô disse não querer reavivar bairrismos exacerbados, uma vez que esta é uma zona degradada, sita praticamente no Centro Histórico de Manteigas, e é uma zona que merece a intervenção da Câmara e daí a intenção de se fazer alguma coisa de útil para as pessoas que aí passaram a sua vida. Sobre o assunto Açudes e Levadas, o Senhor Presidente declarou que não existia nenhuma candidatura sobre açudes do Clube de Caça e Pesca, apenas existia a pretensão, e numa reunião havida com aquela associação na Câmara, há cerca de quinze dias, o que foi dito é que a Câmara se disponibilizava a fazer a candidatura e a inscrever no Orçamento tudo o que fosse complemento do financiamento nacional para construção de açudes que ainda não estão candidatados. Para além dos açudes que são pretensão do Clube de Caça e Pesca, informou que há mais açudes a fazer, como por exemplo, o de Alberquinha e do Pisão que também estão incluídos na mesma rubrica orçamental, e que poderão ser feitos com candidaturas ao PRODER.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso aproveitou para acrescentar que no que respeita aos açudes do Clube de Caça e Pesca, foi submetida a candidatura, houve resposta ao pedido de submissão da candidatura, onde foram solicitados dados complementares para a candidatura para três açudes, sendo que o Senhor Engenheiro Pedro Lucas terá mais pormenores sobre essa situação.-----

-----O Senhor Presidente disse ainda sobre este assunto, que da reunião, ainda, tinha presente o que tinha sido tratado e o que tinha sido dito, e que o Senhor Engenheiro Pedro Lucas continua a acompanhar o processo uma vez que nesse mesmo dia o mesmo foi contactado a fim de dar andamento a todo o complemento processual para que a candidatura fosse finalizada.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Sobre o tema Solar da Castanha, e mais concretamente no que respeita ao Plano de Segurança, o Senhor Presidente informou que ignorava a questão dos encargos decorrentes desse Plano, assim como informou desconhecer o clausulado, facto pelo qual ainda não accionou o contrato celebrado entre a Câmara e o concessionário actual, dizendo que iria tomar conhecimento do mesmo. Reconhece com agrado o projecto que está a ser desenvolvido nesse espaço e declarou que entende ser de utilidade máxima para o Concelho de Manteigas, pois está a produzir produtos gourmet que está a colocar no mercado e está a dar nome ao Concelho e a contribuir para o potencial económico.-----

Quanto ao destino da verba referente à Reabilitação de São Gabriel, o Senhor Presidente informou que parte dela seria para pagar despesas dos estudos que o anterior Executivo mandou fazer e que certamente não estariam pagos, e outra parte para alguma acção que possa vir a ser desenvolvida; da mesma forma que outro projecto que custou oitenta e seis mil euros e que não serviu nem para suportar uma candidatura, que é o espaço do Centro Lúdico-Termal, que é apenas uma base de projecto que não serve absolutamente para nada, porque qualquer projecto que tenha que vir a ser feito nessa área tem de ser de carácter inovador, portanto, é uma série de despesas que vêm detrás e que naturalmente têm que ser assumidas e pagas.-----

Relativamente à SOTAVE informou que não haveria mais nada a acrescentar.-----

No que toca aos empréstimos, os mesmos não podem fazer parte do Orçamento enquanto não forem contratualizados.-----

Quanto à requalificação do estacionamento, chamou a atenção para a necessidade de haver mais estacionamento e requalificação e por isso foi inscrita uma rubrica nesta área para existir disponibilidade para o desenvolvimento de acções diversas nesse âmbito; informou, ainda, que não tinha a utopia de criar um parque de estacionamento subterrâneo no sítio onde sempre foi perspectivado, mas poderá vir a servir, tanto para a requalificação daquele espaço enquanto estacionamento, como para outros estacionamentos na vila. Quanto às verbas referentes ao jardim e entrada da Vila informou que a primeira será para a colocação de flores, uma vez que o mesmo está sem flor alguma e a segunda, tem uma verba individualizada, precisamente para o estudo do arranjo da entrada da Vila, porque o Senhor Presidente entende que a Vila tem que ter uma entrada digna; mais informou que tal como é referido na introdução do documento, existem verbas que são apenas para iniciar a elaboração de projectos para posterior execução; ainda neste âmbito e sobre a requalificação de espaços públicos, informou que se trata de uma verba que não é residual, que está inscrita para vários espaços públicos sitos nos diversos bairros do Concelho, nomeadamente, bairros periféricos da zona urbana (Bairro do Rio, Bairro do Outeiro, São Domingos), que necessitam de requalificação; são pequenos projectos que não



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

serão onerosos cada um *per si*, mas que todos juntos podem consubstanciar uma rubrica digna de poder ser inscrita no Orçamento.-----

Relativamente à actividade museológica, o Senhor Presidente defende que Manteigas tem que ter um museu, pelo que o que foi perspectivado com essa verba é no sentido de começar a negociar uma propriedade para aí ser instalado um museu municipal, sendo certo que isso não irá acontecer já em dois mil e dez; este é um processo que entende como essencial para o Concelho, em termos culturais, em termos de preservação da memória e em termos, também, da atractividade turística. -----

Sobre a questão da formação, referiu que no Orçamento para dois mil e dez, no código dois mil ponto zero vinte ponto duzentos e quinze existe para formação a verba de trinta e cinco mil euros; outras rubricas que não tenham dotação no Orçamento, poderão ser perfeitamente eliminadas. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia usou da palavra para esclarecer mais uma vez a questão das Grandes Opções do Plano que, no seu entender, devem ser plurianuais; as rubricas podem ser minimalisticamente dotadas, no entanto devem estar previstas como tem de ser. Considera que não estão previstas para os quatro anos como a lei determina; em suma, as Grandes Opções do Plano devem prever todas as acções para um período de quatro anos e o Orçamento é que é para o ano, daí que o que era solicitado ao Senhor Presidente era a sua correcção, ou seja, que as Grandes Opções do Plano tenham as previsões para quatro anos, de forma a poder colaborar e até votar favoravelmente o Orçamento. No que respeita à previsão de verbas de futuras possíveis candidaturas, a lei é clara sobre esta matéria, ou seja, não podem ser consideradas como receitas, verbas de candidaturas não homologadas, sob pena do Orçamento estar ferido dessa insuficiência contra uma determinação legal; o que poderá ser feito é abrir rubricas com as verbas mínimas indispensáveis ou as possíveis, de acordo com aquilo que já tenha arrecadado ou é previsível arrecadar. Mais informou que, tal como o Senhor Presidente tinha dito, no que respeita a haver ou poder haver alterações ou revisões orçamentais quando seja necessário, naturalmente que concorda e se as Grandes Opções do Plano forem elaboradas como sugeriu, admite efectivamente fazer essas alterações ou revisões e dar cabimento às situações que forem aparecendo ao longo do tempo. E a propósito disso, mencionou uma questão que diz respeito directamente ao Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, que é uma rubrica referente à distribuição de lucros da Caixa Geral de Depósitos que não se encontra prevista; lembrou que o Senhor Vereador é funcionário da Caixa Geral de Depósitos, foi Vereador e tem direito à distribuição dos dividendos no ano subsequente à prestação do seu serviço; naturalmente que ela poderá ser incluída e respeitará a pagamentos que têm que acontecer postecipadamente no ano dois mil e dez, na medida em que o exercício



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

acaba no final do ano, pelo que agradece que a mesma possa vir a ser considerada. Relativamente à introdução, o Senhor Vereador mencionou alguns aspectos referidos pelo Senhor Presidente e com os quais concorda que se continue a dar andamento, nomeadamente a extensão da rede para Vale de Amoreira e Cabecinho, que já estava negociada com as Águas do Zêzere e Côa; os Covões, da Ponte e d'Ametade, com uma intervenção da Câmara Municipal, lembrando que se trata de uma matéria sob jurisdição das Juntas de Freguesia, e é zona de baldios sob jurisdição dos Baldios, alguns com delegação nas Juntas. Por fim, o Senhor Vereador reiterou ao Senhor Presidente as suas recomendações, no sentido de se efectuarem as alterações referidas, e caso fossem efectivamente aceites estariam disponíveis para aprovar o Plano de Actividades com as Grandes Opções do Plano; a não ser assim não poderiam participar votar favoravelmente, como era sua intenção. -----

-----O Senhor Presidente recordou ao Senhor Vereador, quanto à intervenção nos Covões, sobre uma conversa havida na reunião anterior em que foi dito que os Covões estariam sob a administração das Juntas de Freguesia e qualquer intervenção que se fizesse, como forma de criar alguma atractividade no Concelho, teria que ser feita com protocolo celebrado com os respectivos proprietários, não com as Juntas de Freguesia, mas com as Comissões de Compartes; é essa a intenção deste Executivo, isto é, intervir mas com um documento previamente gizado entre a Câmara e os proprietários, não podendo, isso sim, deixar que os Covões continuem eternamente a degradar-se sem qualquer tipo de atractividade. No que diz respeito às verbas, informou novamente sobre o critério adoptado, ou seja, de inscrever no Orçamento o que pode ser candidatado aos fundos comunitários sob pena de se perder a possibilidade de se fazer candidaturas num futuro próximo se não houver rubrica devidamente orçamentada. Relativamente às Grandes Opções do Plano para quatro anos, o Senhor Presidente questionou se o Senhor Vereador não se estaria antes a referir ao Plano Plurianual de Investimentos, pois é este documento que se dirige aos quatro anos de gestão e não as Grandes Opções do Plano; declarou que é completamente impossível no momento, com as disponibilidades financeiras que a Câmara tem, prever projectos para quatro anos, além de que seria irrealista; neste sentido, pediu novamente a compreensão dos Senhores Vereadores para a aprovação do documento apresentado, dizendo que a maior parte das acções, são as acções que já decorrem de anos anteriores e que serão encerradas em dois mil e dez; essas não podem ter continuidade, pois têm que encerrar forçosamente em dois mil e dez, sendo que algumas já estão perfeitamente executadas, faltando apenas serem pagas, pelo que, logo que haja tesouraria para isso são pagas e são encerradas. Sobre a questão que referiu e que respeita à distribuição de lucros, o Senhor Presidente informou que a mesma teria que ficar para uma alteração orçamental pois não foi previsto que o Senhor Vereador viesse a receber lucros



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

em dois mil e dez, referentes à sua actividade na Caixa Geral de Depósitos, e dado que os cidadãos não podem ser prejudicados na sua vida pessoal pelo exercício de funções políticas, o Senhor Vereador não deixaria de ser ressarcido dessas verbas a que tem direito. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso retomou a palavra para se referir, mais uma vez, ao Centro de Alto Rendimento, dizendo que, de facto, os pareceres das entidades consultadas eram contraditórios e a missiva do Senhor Secretário de Estado, nem era sim nem não; considerou que está bem formulada a acção quando fala em Centro de Alto Rendimento, porque a intenção inicialmente era o Centro de Alto Rendimento de Altitude, mas acha que existem argumentos suficientes para continuar a persistir no Centro de Alto Rendimento; se tiver de se excluir o termo “de Altitude”, assim será, embora continue a pensar, e existem pareceres nesse sentido, que pode ser Centro de Altitude, que pode haver sempre práticas entre os mil e oitocentos e os dois mil metros e que pode haver pressurização dos quartos que simule a altitude aos mil e oitocentos metros como é exigido. Existe um conjunto de argumentos que foram invocados *a posteriori*, esquecendo um pouco o Centro de Rendimento de Altitude e apostando num Centro de Alto Rendimento transversal, uma vez que não há nenhum no país para além do Jamor; informou, ainda, que a fundamentação era a de que Manteigas se encontra no meio do triângulo Porto/Lisboa/Madrid, logo em termos de localização geográfica é óptimo; informou ainda que há Federações que testemunharam por escrito que caso haja um Centro de Alto Rendimento nas Penhas Douradas deixarão de ir para Espanha e para França, porque perdem normalmente quatro a cinco dias de viagem, uma vez que vão de autocarro e se somarem a ida e volta em estadias de vinte dias, perdem vinte e cinco por cento do tempo em viagens. Se se conseguir convencer o Secretário de Estado que aquele local é o único onde pode ser desenvolvido um Centro de Alto Rendimento, podendo não ser de altitude, pensa que se pode enquadrar bem o assunto; a altitude é contraditória, assim como os testemunhos, pois existem centros de rendimento de altitude a mil e quatrocentos metros, como é o caso da África do Sul, portanto considera estar bem formulado nos termos em que está formulado, retirando-lhe apenas a “altitude” ao Centro de Alto Rendimento. -----

Em relação à compra da SOTAVE, mais uma vez, referiu que é evidente que há uma rubrica para a compra de terrenos que é insuficiente e não existe uma rubrica para compra de património; a rubrica teria que estar aberta, podendo apenas ser colocada uma verba simbólica, considerando que é uma situação, mais ou menos, eminente. -----

Depois mencionou um aspecto que também considera importante, já referido pelo Senhor Vereador José Manuel Biscaia, dizendo que contava ver vertido neste documento o programa eleitoral para quatro anos, sendo evidente que não será tudo feito em dois mil e dez, pois será distribuído também pelos anos seguintes, e será esse o plano plurianual; da forma como está,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

não se sabe qual é a estratégia global para esse período, se irá dar continuidade ao que vinha de trás. Em relação às candidaturas o Senhor Vereador mantém que, mesmo corrigindo o valor com as candidaturas já aprovadas, é totalmente impossível e impraticável assegurar a receita de cinco milhões, trezentos e quarenta mil euros, no entanto, felicitará o Senhor Presidente caso consiga metade deste valor no final do ano. -----

-----O Senhor Presidente explicou ao Senhor Vereador que já tinha respondido a essas questões, acrescentando no entanto, que era muito menos ambicioso e mais realista, porque o Executivo anterior inscreveu rubricas em determinados orçamentos que não conseguiu cumprir; quanto às candidaturas declarou que terá que haver ambição, no sentido de captar financiamento nos próximos anos, em dois mil e dez e seguintes, porque quando não houver Quadro Comunitário, nem QREN deixa de haver também ambição. -----

No que diz respeito à estratégia a seguir, remeteu para a introdução onde se percebe claramente qual é a estratégia definida, ou seja, há investimento em determinadas áreas que considera fulcrais para o desenvolvimento do Concelho, desde logo na área turística, no que diz respeito à criação do gabinete de turismo, à promoção territorial, à promoção do Concelho fora dos seus limites.-----

Acha que é perfeitamente perceptível o documento que é apresentado; há projectos novos inscritos para dois mil e dez e anos seguintes e, por conseguinte, haverá um período de quatro anos para tentar dar cumprimento ao que foi planeado; é claro que para isso há que ter um bom suporte financeiro e caso não houvesse as dificuldades e dívidas encontradas, aí as perspectivas seriam outras. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso voltou a intervir sobre o problema de tesouraria, e informou que desde que estava na Câmara sempre conheceu esse problema de tesouraria; quando era enviado o saldo das operações orçamentais podiam verificar que o saldo das operações orçamentais era, sistematicamente, no valor de cinquenta mil euros, setenta mil euros, oitenta mil euros ou cem mil euros, portanto este problema de tesouraria é permanente uma vez que a Câmara Municipal não tem receitas próprias. Sugeriu que, para resolver este problema de tesouraria facilmente era possível contratar um empréstimo de curto prazo, que poderia custar dez ou quinze mil euros no máximo, que não iria constituir um problema para a resolução desta situação, resolvendo-o de imediato; esta seria uma maneira, no seu entender, a mais económica, e haverá outras. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu, também, que o que está em causa é tesouraria e não propriamente uma situação estrutural de défice incontável, em que tem de se pedir ao Estado a sua bênção para podermos receber dinheiro do Estado como aconteceu com meia dúzia de Câmaras no nosso Distrito. Quanto aos planos de ordenamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

como foi referido pelo Senhor Presidente, considera haver de facto um plano que lhe provoca revolta intelectual e efectivamente, que é o Plano Geral de Urbanização, no entanto, no que respeita aos outros dois, considera bom pois estão numa fase evolutiva; por seu lado, talvez o Plano Director Municipal devesse aguardar pelo Plano Regional, pois é este que está atrasado, o mesmo tendo acontecido com o Plano de Ordenamento do Parque Natural o que atrasou a nossa revisão. Entretanto, surgiu uma nova obrigação legal que é a avaliação ambiental que tem que ser feita e operada ao nível dos planos de ordenamento; informou que se dispõe do calendário para estas duas acções, Plano de Pormenor das Penhas Douradas e Plano de Ordenamento, e de acordo com o mesmo as coisas parecem estar no bom caminho e desta forma teremos condições para ter um Plano de Pormenor e um Plano Director estratégico e conseqüente e não apenas a repetição do actual plano que foi feito, ainda, nos primórdios dos planos de ordenamento, que é o nosso Plano Director Municipal. Reforçou novamente o pedido de correcção do Plano Plurianual de Investimentos, uma vez que a lei impõe e também para se acompanhar a estratégia prevista para quatro anos de mandato e a sua evolução; informou que concordam com o Orçamento que é apresentado para o ano de 2010, mas o Plano Plurianual de Investimentos é a atitude política dum Executivo; é que quando se é político e não mero executor funcional de um plano, tem que se pôr em cima da mesa aquilo que são as ideias de desenvolvimento para o Concelho para quatro anos, e depois cá estaremos, como aliás consta do nosso programa eleitoral, para apoiar "outras forças" que efectivamente pudessem ganhar, e assim apoiar o desenvolvimento das acções em prol de Manteigas. Mas, para isso, é necessário saber exactamente quais são as outras acções e que prioridade é que lhe será dada; esta seria a exigência, e não apontou nada contra as que constam, pois umas estão feitas, outras que irão ser executadas já vêm de trás. A atitude política tomada é a de querer ver reflectidas no chamado Plano Plurianual de Investimentos as propostas para quatro anos; pretendem vê-las para saber se, efectivamente, poderão dar garantias de avaliação a toda a gente que quer saber o que é que este Executivo quer fazer, em termos de investimentos para os próximos quatro anos. Nesse sentido foi, mais uma vez, proposta a rectificação do Plano Plurianual de Investimentos-----

-----O Senhor Presidente explicou que seria completamente inconsciente se de facto e perante este pedido, pegasse no documento em causa e o alterasse; como se sabe as Grandes Opções do Plano e o Orçamento poderiam ser apresentados apenas em Abril para aprovação, mas preferiram fazê-lo agora, tendo sido um trabalho árduo, desde o início, mas feito com toda a consciência porque aquilo que está apresentado é efectivamente aquilo que se pode fazer com as verbas que se encontram disponíveis e para o tempo que há para as gerir, pelo que, informou que desta forma não poderia seguir o conselho dado, sob pena de contrariar tudo aquilo que foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

definido como objectivo. Adiantou ainda que, naturalmente as circunstâncias irão mudar, a crise não há-de perdurar sempre, a possibilidade de prospecção de financiamento está aí e há que deitar a mão a todas as possibilidades; logo que haja uma realidade diferente poder-se-ão perspectivar financiamentos e investimentos para os anos seguintes. -----

----- O Senhor Presidente, depois das intervenções efectuadas, colocou à votação os documentos, tendo a Câmara Municipal deliberado, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia e José Manuel Saraiva Cardoso, submeter a aprovação da Assembleia Municipal, as Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano dois mil e dez, nos termos do disposto na alínea b) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. Esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- As Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano de dois mil e dez, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, vão, nos termos do número um do artigo quinto do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um do onze de mil novecentos sessenta e três e na redacção introduzida pelo artigo único do Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro barra oitenta e dois, de dezanove de Agosto, depois de assinados por todos os membros do Órgão Executivo e por eles rubricadas todas as folhas, ser arquivados na pasta anexa a esta acta. -----

----- Os Senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia e José Manuel Saraiva Cardoso formularam a seguinte Declaração de Voto: -----

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Abstivemo-nos na votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano porquanto:

1º Entendemos haver irregularidades legais e formais. De facto, do lado das RECEITAS são incluídas verbas e montantes para os quais não há qualquer garantia de poderem ser arrecadados em 2010.

Reportam a possíveis futuras candidaturas que ainda nem sequer foram submetidas a apreciação para financiamento, muito menos homologadas, tampouco aprovadas.

De facto, só após homologação é que é legal e legítimo considerar os respectivos montantes aprovados no Orçamento e GOP's. A não ser assim, só é pensável abrir a rubrica à custa de receitas já garantidas.

O Tribunal de Contas, por via de regra, não sanciona estas formulações para equilíbrio contabilístico das Despesas e Receitas.

2º Não nos foi apresentado, como devia o Plano Plurianual de Investimentos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Este deve ser o DOCUMENTO ESTRATÉGICO que identifica e demonstra as linhas de rumo do Executivo para o Concelho e para os próximos 4 (quatro) anos de mandato.

Ficámos sem saber qual a estratégia, prioridades e resultados previstos durante o mandato e em que medida as propostas eleitorais virão a ser respeitadas e contempladas.

Sem o PPI escapa ao conhecimento e julgamento dos Vereadores do PSD e a todos os agentes sócio-políticos de qual é o rumo da governação e quais as políticas que orientarão a mudança genericamente anunciada e proposta para Manteigas e para os Manteiguenses.

3º Aduzidos, durante a discussão, estes e os demais argumentos registados na acta propusemos que fossem reformulados os dados do Orçamento e o documento estratégico configurado no Plano Plurianual.

Deixámos claro que o nosso propósito é e continuará a ser colaborar activamente para encontrar e implementar estratégias e projectos e assim atacar os problemas do nosso Concelho, mas precisamos de conhecer a política.

Ainda pelo nosso lado tudo faremos para que o Executivo disponha das melhores condições para atacar os problemas, mas exigimos o cumprimento da lei.

A maioria PS entendeu não aceitar as nossas propostas mitigando o seu dever e o nosso direito de conhecermos as grandes linhas políticas para o presente mandato que a serem aprovadas teriam o nosso total empenhamento.

4º Entretanto, reconheça-se e nós reconhecemos que os projectos apresentados em nada divergem, antes coincidem, com os que vinham a ser implementados e propostos pelo PSD e que já constavam do Plano de 2009, pelo que no estrito respeito pela coerência e racionalidade não poderíamos votar contra os documentos propostos.

Pena é não haver imaginosas novidades.

Não é nem será nosso propósito e postura votar contra só por estar contra as propostas do novo Executivo. Pretendemos, outrossim, viabilizar o normal funcionamento da Câmara com uma colaboração crítica.

Feitos os alertas para o incumprimento de preceitos legais e para a omissão de grandes linhas orientadoras, optámos por nos abstermos.

Estaremos atentos à evolução do processo e dos resultados, tendo sempre como primeiríssima prioridade a defesa dos superiores interesses de Manteigas e dos Manteiguenses.”

Conhecimento dos Actos Praticados por Delegação de Competências

-----Foi presente a Relação número um barra dois mil e nove dos actos praticados por delegação do Senhor Presidente, não tendo sido colocada nenhuma questão.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Deliberação referente à posse administrativa de um imóvel em ruínas, sito entre a Rua Dr. Sobral e a Rua Teles de Vasconcelos

----- O Senhor Presidente retomou a explicação dada no início da reunião de hoje, informando mais uma vez que o que faltava aqui era apenas a deliberação; trata-se de um imóvel que tem um processo já bastante antigo, tendo surgido alguns problemas em termos de identificação dos proprietários, porque são muitos e dispersos; não chegando a acordo no sentido de resolver o problema por si só, teve que a Câmara tomar a decisão de tomar posse administrativa e o que falta é, essencialmente, a deliberação. O que agora é proposto é que a Câmara delibere tomar posse administrativa, pois o processo está pronto para que isso aconteça. -----

Analisada a proposta, foi deliberado pela Câmara Municipal aprovar a mesma, por unanimidade.

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim

Maria Gabriela da Palma Gomes

Cravinho, Chefe da Divisão de Recursos e de Desenvolvimento, que a redigi. ----- .
